

# REFLEXÕES SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE E SUA IMPLICAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO

Gustavo Moresco de Oliveira<sup>1</sup>

## Introdução

A prática do Orçamento Participativo em Porto Alegre serve atualmente de parâmetro, segundo alguns autores, para o estudo da chamada democracia participativa e, também, da idéia de autonomia numa sociedade onde predomina o viés conceitual de representatividade democrática, através da centralização do poder e das decisões de cunho público, como a destinação de recursos governamentais a uma determinada área de interesses. O Orçamento Participativo destaca-se, neste ponto, por entender que as decisões não devem, exclusivamente, ser adotadas por um poder público centralizador, mas também, pelas diferentes camadas da população que compõem a rede social, empreendendo a autonomia e a participação. Além dos conceitos anteriormente citados, analisar-se-á neste trabalho, por fim, de que maneira o Orçamento Participativo pode colaborar na organização do espaço urbano e em sua rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A autonomia, em concordância com o processo democrático gerado pela prática do Orçamento Participativo (OP) pode, em algum momento, alterar a dinâmica do espaço urbano? A relação entre os agentes controladores do espaço<sup>2</sup> pode mudar com a inserção de uma democracia verdadeiramente mais participativa, sem que a mesma perca a idéia de representatividade através do OP?

O presente trabalho tem por objetivo, com base nos dois principais questionamentos supracitados, analisar em que medida o Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre evidencia a idéia de participação democrática e de autonomia dentro de seu arranjo social característico e, ainda, em que medida o OP pode alterar o espaço urbano e as redes de relações sociais intrínsecas a ele sem que este processo provoque uma desestabilização na sociedade.

O espaço histórico a que esta análise se delimita é compreendido desde os primeiros anos do Orçamento Participativo em fins da década de 1980, bem como sua real consolidação em todos os âmbitos da sociedade porto-alegrense durante os decênios de 1990 e 2000. Este espaço histórico-temporal será devidamente explicitado durante o trabalho, quando pertinente ao assunto tratado.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Graduação em Geografia, pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: [morescogeo@gmail.com](mailto:morescogeo@gmail.com)

<sup>2</sup> Acerca dos agentes controladores do espaço ler as proposições de Roberto Lobato Corrêa, no livro **O espaço urbano**, 1989.

## 1. Disposições Acerca do Entendimento e da Funcionalidade do Orçamento Participativo

Entre os dias 23 e 24 de abril de 2008 a, na época, 5ª. Fase do Curso de Graduação em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina, através das disciplinas de Geografia Urbana e Sociologia Urbana, esteve no município de Porto Alegre com a intenção de estudar *in loco* as práticas do Orçamento Participativo. Durante estes dois dias os alunos tiveram acesso a palestras, reuniões, assembleias do OP, conversas, dentre outras atividades que tinham como escopo o acesso a diversos pontos de vista referentes à funcionalidade do OP.

Partindo do princípio de que a necessidade de uma política habitacional onde se regularizasse a situação da moradia e onde se melhorasse as condições de vida da população caracterizava-se como um dos problemas mais emergentes na cidade de Porto Alegre. Esta problemática tornou-se bastante evidente em fins da década de 1980, início de 1990, onde a pressão populacional por melhorias na habitação compeliu a Prefeitura a planejar alternativas para a situação em questão. Segundo uma pesquisa da Equipe Rede Habitat – Porto Alegre:

Desde 1990, com a ascensão da Frente Popular ao governo municipal, a política habitacional implementada sofreu uma radical mudança de rumo em relação às estratégias que vinham sendo seguidas no município para lidar com as necessidades habitacionais da população de baixa renda, e que tinham em comum a promoção da segregação sócio-espacial. (CARDOSO, 2006, p. 5).

Várias políticas habitacionais foram implementadas na cidade durante as duas décadas que sucederam a ascensão da Frente Popular, entretanto a mais pertinente para este trabalho, e também uma das mais significativas para a população de Porto Alegre, foi a participação da população nas decisões orçamentárias do município através do OP.

Neste momento torna-se interessante compreender as expectativas do prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, eleito em 1988, cujo mandato empreendeu entre os anos de 1989 e 1992:

Ao ganharmos as eleições de 1988 em Porto Alegre, nós despertamos duas expectativas: no campo popular e democrático, a esperança de que mudássemos o mais rapidamente possível o quadro de “desfuncionalidade” da máquina; no campo adversário a expectativa de que nos déssemos mal e nos enredássemos na máquina pública.

Tratamos de conhecer bem a realidade, de nos assenhorar do que é efetivamente a máquina pública e seu funcionamento. É importante já chegar com um mapa razoavelmente alinhavado do que é o governo, mas nem sempre aquilo que é antes radiografado coincide com a herança deixada pelo governo anterior. Então, há também um primeiro período, ao chegar ao governo, usado para detalhar a radiografia de cada órgão, de cada secretaria e repassar isto para a cidade. É fundamental dizer o que estamos recebendo e em que condições. (DUTRA, 1997, p. 92).

Através das impressões de Olívio Dutra entendemos que o próprio governo municipal, à ocasião, tinha expectativas quanto ao seu mandato, mas ao mesmo tempo era pressionado pela população e pela oposição para que apresentasse soluções para problemas latentes na cidade, daí a necessidade de maior comunicação com a população em busca de idéias, diretrizes e prioridades.

Sobre a sua funcionalidade, ficou entendido, à ocasião, que o Orçamento Participativo caracteriza-se como um instrumento de participação e influência popular na gestão pública e, por consequência possibilita uma maior inserção de movimentos sociais oriundos das mais diferentes camadas da população. Num primeiro momento, a prefeitura

com o apoio de técnicos e conselheiros subdividiu o município de Porto Alegre em várias regiões, respeitando os limites de alguns bairros, com o objetivo de democratizar o controle orçamentário possibilitando à gestão pública aproximar-se da população, entendendo e detalhando suas necessidades e reivindicações, buscando soluções localizadas e submetendo-se àqueles que a legitimam.

Segundo o Observatório da Cidade de Porto Alegre – Observa POA<sup>3</sup>, atualmente, o município de Porto Alegre está dividido, pelas definições do OP, em 17 regiões. A Prefeitura de Porto Alegre, entre os meses de abril e maio, organiza assembleias onde certa parcela da população de cada região comparece objetivando definir para sua área que obras do OP seriam mais relevantes. O site do Orçamento Participativo<sup>4</sup> demonstra este procedimento:

Nas Assembleias Regionais e Temáticas, que se realizam de abril a maio, nas 17 Regiões (a partir do Ciclo 2007/2008, houve o acréscimo de uma região, a Ilhas, decidida pelo Conselho do OP) e seis Temáticas do OP, a população elege as prioridades para o município, seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas.

Os Fóruns de Delegados são responsáveis pela definição, por ordem de importância, das obras e serviços que serão discutidas no período de maio a julho e pela análise e aprovação do Plano de Investimentos e Serviços da sua Região ou Temática. (PORTO ALEGRE, 2009).

A prática das assembleias perpetuou-se, durante os quase 20 anos de aplicação do Orçamento, e seus resultados muitas vezes incentivaram maior participação populacional, o que ficou muito bem registrado na verificação *in loco* para este estudo, na intitulada Região do Orçamento Participativo (ROP), de número 11, no bairro Cristal.

No decorrer destas assembleias percebe-se de que maneira as práticas de representação e participação democrática se aproximam e por vezes entram em conflito, tornando atores políticos pessoas comuns, passíveis de culpa, ou mesmo, de acusação perante seus “eleitores”, pois os mesmos, nestas assembleias, têm direito a voz e voto. Voz esta que por vezes evidencia e contesta determinadas práticas de alguns políticos e conselheiros.

Ainda visando às assembleias, é nelas que, com o auxílio da população, são eleitos e legitimados os conselheiros e delegados. As prioridades de destinação dos recursos orçamentários para cada região são escolhidas também em assembleias no término ou início de cada ano através do voto de todos os presentes na ocasião. Ou seja, a população escolhe no que e, em certa parcela, o quanto, que a prefeitura irá gastar em sua região no próximo ano, bem como seus representantes (conselheiros e delegados) que fiscalizarão e acompanharão a execução das obras e os respectivos recursos destinados a elas.

## **2. Sobre a Pertinência do Conceito de Autonomia**

Para este trabalho a compreensão da idéia de autonomia é de vital importância, pois possibilitará entender as diversas facetas a que a inserção de um modelo de democracia participativa se propõe. Interpretar a inserção de conceitos como este na elaboração do OP evidencia não somente o viés prático à que determinadas teorias se propõem e se legitimam, mas também, enriquecendo este mesmo argumento, que estas mesmas teorias tendem a evoluir e se adaptar sob influência da pluralidade populacional. Para tanto,

---

<sup>3</sup> <http://www.observapoa.palegre.com.br/default.php>

<sup>4</sup> [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p\\_secao=1](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1)

utilizaremos à definição de Cornelius Castoriadis disposta em seu livro “A Instituição Imaginária da Sociedade”:

[...] a autonomia não é eliminação pura e simples do discurso do outro, e sim elaboração desse discurso, onde o outro não é material indiferente, porém conta para o conteúdo do que ele diz, que uma ação intersubjetiva é possível e que não está fadada a permanecer inútil ou a violar por sua simples existência o que estabelece como seu princípio. É por isso que pode existir uma política de liberdade e que não ficamos reduzidos a escolher entre o silêncio e a manipulação, nem mesmo à simples consolação: “afinal o outro fará o que quiser”. (CASTORIADIS, 2000, p. 129).

Com estas palavras entende-se que a autonomia não pode se caracterizar como individual, mas sim como dependente de um coletivo social, estando este coletivo sobreposto a individualidade, ou seja, “[...] dentro da interdependência entre indivíduos, e como problema político e social.” (TARTARUGA, 2001, p. 79). Neste sentido o Orçamento Participativo se aproxima de uma autonomia social, ao possibilitar que as mais diferentes classes sociais, à exemplo da população porto-alegrense, obtenham acesso à informação, gerem suas próprias experiências e expectativas e que possam, através disto, decidir coletivamente a pertinência das suas reivindicações. No caso de Porto Alegre utilizamos como exemplo a definição de parcelas dos recursos do Orçamento Municipal que deverão ser gastas em um dado momento para uma determinada comunidade de acordo com as suas prioridades e reivindicações, como a construção de escolas, creches, pavimentação de estradas, canalização de esgotos, iluminação, dentre muitas outras obras.

Os seguintes parágrafos, retirados do site do Orçamento Participativo, mantido pela Prefeitura Municipal, retratam a influência da população na questão do OP e também a importância que tal experiência autônoma e de participação democrática proporciona:

O OP é um processo dinâmico que se adequa periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população.

Por ser um importante instrumento de participação popular, o OP é referência para o mundo. Conforme a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo. O Banco Mundial reconhece o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre Governo e sociedade civil. (PORTO ALEGRE, 2009).

Em caráter ilustrativo, durante a saída de campo com as disciplinas de Geografia Urbana e Sociologia Urbana à Porto Alegre, para verificação local destas pré-definições, em uma das assembleias do OP, em período de eleição dos conselheiros das regiões, notou-se uma considerável participação da comunidade. Houve distribuição de panfletos por parte de duas chapas concorrentes aos cargos, que apesar de apresentarem bases propositivas diferentes, tinham o objetivo comum de atender aos interesses de sua região, embora focando prioridades diferentes.

Ainda em relação ao exemplo supracitado, por parte deste autor, notou-se que é enorme a brecha que este sistema pode apresentar ao abrir portas para a influência de partidos políticos e, por consequência, o surgimento de figuras políticas pautadas na comunidade, que mesmo raramente, podem se aproveitar da mesma para atender a objetivos individuais. Fica claro, portanto, que embora esta autonomia possibilite um maior acesso das diferentes camadas da população às decisões orçamentárias e, talvez posteriormente, à outras esferas públicas como assim defendem diversos movimentos sociais, a mesma possibilita, em determinada parcela, que práticas individualistas vigorem sobre interesses coletivos, colocando em conflito prerrogativas teóricas e práticas de autonomia.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar-se num questionamento substancialmente especulativo, entretanto é pertinente considerar que a prática de um modelo autônomo sem um real acesso à informação, ao conhecimento e sem a consideração de opiniões individuais que visem especificamente o coletivo tornam este mesmo modelo frágil em sua base o que, por consequência, debilitará toda a sua posterior consolidação.

### **3. Sobre a Pertinência do Conceito de Democracia Participativa**

Juntamente com a idéia de autonomia social e política presente no Orçamento Participativo, autonomia esta que já foi trabalhada anteriormente, atinge-se um estágio de democracia com poucos precedentes. Esta democracia não se caracteriza como sendo a mesma exercida para outras instâncias do Poder Público, pois a idéia de democracia perpetuada sob a ótica republicana se baseia na representatividade como forma de agilizar, burlar ou alterar o aparato do Estado e permitir a um sistema capitalista vigente o exercício de sua influência sobre as decisões do Poder Público, desconstruindo, assim, o objetivo teórico principal da democracia como amenizadora das disparidades políticas e sociais provocadas, em grande parte, pelo próprio capitalismo, onde a opinião de cada indivíduo é sempre pertinente, mesmo com o prevalecimento dos interesses de uma maioria, considerando, ainda, a participação e a opinião de minorias.

Segundo Luciana Rosa Marques,

[...] para Boaventura de Sousa Santos, a democracia assumiu um lugar central no campo político no século XX, no qual foi objeto de disputa entre regulação e emancipação. Um dos processos que levou à quebra do equilíbrio entre emancipação e regulação em favor da segunda foi a redução da política a uma prática social setorial e especializada, com uma rígida regulação da participação. (MARQUES, 2008).

Esta rígida regulação da participação pode ser interpretada como a influência individualista e, por vezes egoísta, de representantes sobre a política estatal na grande maioria dos países. A influência capitalista e a interferência, em caráter pessoal, de políticos tornam o Estado passível de erros, negligência, e de focalização em apenas alguns setores pertinentes aos interesses destes mesmos representantes, que em teoria deveriam exercer justamente a função para a qual são designados: representar, ou seja, traduzir as reivindicações e necessidades de uma dada população e apresentar soluções.

Cabe frisar, ainda, que embora a autonomia da população porto-alegrense com relação ao Orçamento Participativo deva ser considerada uma importante revolução no padrão vigente na política brasileira, ao permitir acesso direto da população à tomada de decisões acerca do Orçamento, esta mesma revolução ainda depende e está intrinsecamente enraizada na alternativa predominante que é o sistema democrático pautado na representação. Elucida-se desta maneira, que o Orçamento, como instância participativa só pôde ser implantado através da instância representativa, entretanto, esta representação, vale destacar, especificamente no caso de Porto Alegre, encontrava-se em conformidade com teorias autônomas e participativas. Trabalhar-se-á, neste momento, parte do contexto histórico que impulsionou população e seus representantes a adotar os modelos até agora trabalhados.

A popularização de teorias participativas aliadas ao fim do Regime Militar no Brasil e a pressão da população por maior liberdade impulsionou partidos políticos, em muitos municípios brasileiros, a inserir moldes mais democráticos e autônomos. É neste ponto que o município de Porto Alegre se destaca, pois com a vitória da Frente Popular nas eleições para a prefeitura de Porto Alegre em fins da década de 1980 evidenciou-se

que grande parcela da população simpatizava com ideais alternativos que possibilitassem maior interação com o Poder Público. Com Olívio Dutra como prefeito, começou em Porto Alegre, a implementação do Orçamento Participativo, permanecendo quase inalterado, exceto por algumas poucas adaptações e melhoramentos, muitas vezes advindas da própria população, no decorrer destes 20 anos.

É durante a consolidação do OP que se tornará clara a idéia de democracia participativa como foi trabalhada por Boaventura de Souza Santos e diversos outros teóricos, ainda considerando que esta participação é dependente do sistema representativo.

Da conexão entre autonomia e democracia participativa nota-se que o OP é um dos exemplos mais atuais e concretos em relação à resistência, mesmo que parcial, à influências capitalistas sobre a política e a economia e, também um exemplo de conscientização do Estado quanto às necessidades das mais diversas classes e sua força perante um viés individualista, intrínseco ao capitalismo, que ainda predomina sobre a sociedade brasileira.

#### **4. As Implicações do Orçamento Participativo na Organização do Espaço Urbano**

Definidos os parâmetros ao qual o Orçamento Participativo, aplicado em Porto Alegre se baseia, tendo como benefícios uma democracia mais participativa e o exercício da autonomia social, partimos então a uma sucinta análise das implicações que estes benefícios podem trazer para a organização do espaço urbano municipal. Para tanto, usaremos como alicerce as idéias de Marcelo José Lopes de Souza e Roberto Lobato Corrêa, bem como dados fornecidos pelos sites do OP e do Observa POA.

Marcelo Lopes, antes de tratar de autonomia diretamente, procura desmistificar o conceito de desenvolvimento largamente utilizado pela academia, pela maior parte da população brasileira e pela própria política estatal, através da mídia capitalista e sua sob influência. O desenvolvimento não deve ser considerado somente por seu viés econômico, mas sim pela melhoria das condições de vida da população através do acesso à informação, à renda, à habitação, à saúde, segurança, lazer, trabalho e etc.

Diferentemente da idéia, já bastante enraizada, de progresso como sinônimo de desenvolvimento, que tanto direciona o Estado atual, um país, também segundo Marcelo, não pode ser considerado realmente desenvolvido, ou em vias de desenvolvimento, sem que se considere até que ponto a sua população se beneficia de um sistema realmente democrático e participativo e, muito menos, se a autonomia da população for negligenciada ou desestimulada por um Poder Público, que esta mesma população, por encontrar-se ainda dependente de representatividade, legitimou.

De acordo com Souza, na sociedade brasileira, excetuando-se pouquíssimos casos, a luta de classes e o surgimento de movimentos sociais se dão pela falta de autonomia perante o Estado e pela ausência do mesmo em locais de maior necessidade. Como contrapartida, a população pobre busca válvulas de escape, que geram ou são muitas vezes interpretadas como violência e criminalidade. A elite por sua vez, como principal influenciadora do aparato estatal e grande proprietária capitalista, tende a virar as costas para este problema recorrente e ao mesmo tempo “responder” a esta conjuntura, através da auto-segregação, da militarização e da própria violência.

Esta prática elitista é evidente em muitas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto o fato é que, por mais que o Orçamento Participativo torne mais democráticas e autônomas as decisões orçamentárias e possibilite que esta mesma autonomia se expanda para outros setores governamentais, a classe média alta continua

incentivando conflitos através da auto-segregação e as classes mais baixas continuam tentando responder a tais situações de maneiras diferentes, já que o Estado, ao tornarem-se inegáveis certos problemas urbanos, tem respondido com medidas paliativas e, por vezes, violentas que, só tendem a prejudicar e marginalizar estas classes mais baixas. Vê-se, portanto, que sob a óptica de Marcelo Lopes de Souza, a democracia e, principalmente, a autonomia ao igualar-se ou sobrepor-se ao aparato estatal ressaltar problemas sociais. Desta maneira, é alterada a rede de relações sociais que o espaço urbano gera e, por conseqüência, altera-se o próprio espaço urbano.

Roberto Lobato Corrêa não analisa o Orçamento Participativo de Porto Alegre, tampouco trabalha com conceitos de autonomia, mas se faz pertinente a este trabalho por apresentar proposições acerca de interações no espaço urbano que pode ser aplicada à cidade permitindo uma interessante comparação com outros municípios. Para Lobato o espaço urbano contemporâneo, inserido no sistema capitalista, é “[...] fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas.” (CORRÊA, 1989, p. 9).

Se aplicado à problemática do OP o significado do espaço urbano, segundo o autor, torna-se claro. Dentro do Orçamento Participativo, tenta-se respeitar a fragmentação do espaço urbano através das regiões, atendendo a interesses distintos sem esquecer que há uma articulação entre as diferentes classes sociais e regiões, já que existem interesses comuns. Por reflexo e condicionante social evidenciam-se as conseqüência das decisões tomadas no OP, pois dentro do mesmo são decididas prioridades que, quando postas em prática, são capazes de alterar o espaço urbano em diferentes intensidades.

A título de exemplo, a tabela abaixo, adaptada do site do Orçamento Participativo de Porto Alegre, ilustra claramente a necessidade latente, nos últimos anos, de melhorias em habitação já que a mesma é eleita como primeira prioridade. Destaca-se também o direcionamento da gestão do Orçamento para mais áreas de interesse social como educação, através da construção de escolas e creches, e assistência social, que engloba saúde, lazer e renda, através de programas sociais.

<b>OP</b>	<b>1ª Prioridade</b>	<b>2ª Prioridade</b>	<b>3ª Prioridade</b>
<b>1992</b>	Saneamento Básico	Educação	Pavimentação
<b>1993</b>	Saneamento Básico	Pavimentação	Regularização Fundiária
<b>1994</b>	Regularização Fundiária	Pavimentação	Saneamento Básico
<b>1995</b>	Pavimentação	Regularização Fundiária	Saneamento Básico
<b>1996</b>	Pavimentação	Saneamento Básico	Regularização Fundiária
<b>1997</b>	Habitação	Pavimentação	Saneamento Básico
<b>1998</b>	Pavimentação	Habitação	Saneamento Básico
<b>1999</b>	Saneamento Básico	Pavimentação	Habitação
<b>2000</b>	Habitação	Pavimentação	Saúde
<b>2001</b>	Pavimentação	Habitação	Saneamento Básico
<b>2002</b>	Habitação	Educação	Pavimentação
<b>2003</b>	Habitação	Educação	Pavimentação
<b>2004</b>	Habitação	Assistência Social	Educação

<b>2005</b>	Habitação	Educação	Assistência Social
<b>2006</b>	Habitação	Educação	Assistência Social
<b>2007</b>	Habitação	Educação	Assistência Social
<b>2008</b>	Habitação	Educação	Assistência Social
<b>2009</b>	Habitação	Educação	Assistência Social

Fonte: adaptada do site do Orçamento Participativo de Porto Alegre, 2009.

O OP por si só já se tornou um símbolo do espaço urbano porto-alegrense, já que obras realizadas pelo mesmo não são poucas. Desta maneira, a característica principal do Orçamento é a de ser um verdadeiro campo de lutas, onde os movimentos sociais, a população, em suas mais diversas camadas, e o Poder Público se encontram, expõem suas necessidades e seus problemas, discutem e definem práticas a serem seguidas.

Roberto Lobato define, ainda, aos moldes marxistas, quem são os principais produtores e controladores do espaço urbano, ou agentes sociais:

Quem são estes agentes sociais que fazem e refazem a cidade? Que estratégias e ações concretas desempenham no processo de fazer e refazer a cidade? Estes agentes são os seguintes:

- (a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- (b) Os proprietários fundiários;
- (c) Os promotores imobiliários;
- (d) O Estado; e.
- (e) Os grupos sociais excluídos. (CORRÊA, 1989, p. 12).

No âmbito do Orçamento Participativo a figura dos proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários tendem a perder influência sobre o Estado, principalmente estando este atualmente sobre o controle da esquerda brasileira, e o próprio Estado conseqüentemente, tende a tornar-se mais atento às reivindicações de grupos sociais excluídos, sendo estes representados pelas classes trabalhadoras (médias e baixas), além do chamado subproletariado (parcela da população, de acordo com Karl Marx<sup>5</sup>, sem real aptidão para o trabalho) e, também, os movimentos sociais urbanos muitas vezes desconsiderados em proposições marxistas.

Fica claro, deste modo, que o capitalismo como controlador do Estado em diversas instâncias, estando sob a influência do Orçamento Participativo passa a perder força ou, pelo menos parte dela, em relação às decisões orçamentárias da gestão pública.

Surge desta maneira uma nova ordem em relação ao arranjo espacial urbano, no caso específico de Porto Alegre, onde as decisões passam pelo julgamento de populações diretamente atingidas, permitindo que as reais prioridades para cada região sejam executadas. Vale destacar, entretanto, pontos negativos em decorrência destas decisões, o que foi constatado *in loco*, através de conversas informais com cidadãos locais.

Na região do OP e bairro chamado Cristal, onde a população possui renda média-baixa, boa parte dos interrogados relatou haver certa discriminação por parte da imprensa e principalmente por pessoas pertencentes à bairros mais abastados, acerca da porcentagem do Orçamento Municipal à ser destinada para determinadas obras e locais. Bairros de classe média-alta com o decorrer dos anos igualaram seu recursos aos de outros bairros, gerando conflitos baseados em preconceito.

Preconceitos dessa magnitude têm diminuído nos últimos anos, mesmo porque é a própria população porto-alegrense quem mais quer a manutenção do OP. De acordo com

<sup>5</sup> Acerca das proposições de Karl Marx e Friedrich Engels faz-se pertinente a obra: O Manifesto do Partido Comunista, onde fica clara a segregação, a nível social, entre burguesia e proletariado, aqui entendidos como agentes sociais e cujas nomenclaturas adaptaram-se durante mais de um século deste seu surgimento.



as mesmas pessoas indagadas no bairro Cristal, nos primeiros anos de abordagem do Orçamento Participativo era enorme a desconfiança da população, entretanto a mesma ao notar que ao participar das reuniões e assembléias se chegava à um acordo e as decisões eram colocadas em prática, passou a considerar o OP algo cotidiano, rotineiro, desmantelando preconceito e certas desavenças sociais.

Atualmente falar de Orçamento Participativo é falar de Porto Alegre em si e lembrar que muito trabalho ainda há de ser feito, embora quase não haja resposta negativa quanto à funcionalidade e a importância de OP para a cidade e para a população que nela vive.

### **Considerações Finais**

Empreendeu-se neste trabalho uma reflexão pelas pertinências do Orçamento Participativo de Porto Alegre, analisando de maneira sucinta as teorias em que o mesmo se baseia e que retornos ele pode trazer para a sociedade e para o espaço urbano ao qual conglomerar. A autonomia, juntamente com o exercício de uma democracia participativa, gerada pelo OP, transformou a sociedade porto-alegrense e ainda a transforma de tal maneira, que a própria população não imagina mais o município sem esta prática. Por fim, evidenciou-se, através deste trabalho que o Orçamento Participativo é capaz de alterar juntamente com a sociedade, o espaço urbano de maneira mais ou menos eficaz, dependendo de sua aplicação. Resta ao Estado, sendo o mesmo entendido como uma instância já estabilizada, compreender que a autonomia da população e o exercício de uma democracia verdadeiramente participativa é algo inerente à evolução social e cultural da população.

Espera-se que estudos prévios como este enriqueçam as teorias até então tratadas e esclareçam que a população tem o dever, mas principalmente o direito, de participar das decisões estatais municiando em seu próprio benefício o espaço urbano em que se encontra. Entender que a pertinência da participação democrática e da autonomia serve de base para uma melhor interação entre as mais diferentes classes sociais, e mais ainda, entre a população e o próprio Estado que a mesma legitima é o primeiro passo para sua real aplicação.

## Referências

- CARDOSO, Adauto Lúcio. **Políticas Habitacionais na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: Finep, 2006. 20 p.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 418 p.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.
- DUTRA, Olívio. Domar a Máquina e Dialogar Muito. **Desafios do Governo Local: O Modo Pestista de Governar**, São Paulo, n. , p.92-95, ago. 1997.
- MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educ. Soc.** , Campinas, v. 29, n. 102, 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302008000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Jun 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich,. **Manifesto do partido comunista**: seguido de GOTHA. Porto Alegre: LPM, 2004. 136 p. ISBN 8525411248 (broch)
- PORTO ALEGRE. Prefeitura de Porto Alegre. **Orçamento Participativo: Histórico**. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p\\_secao=1](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1)>. Acesso em: 10 fev. 2009.
- SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996. 87p.
- TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. “Participação, identidade e autonomia”. In: **Boletim gaúcho de geografia n. 27** (dez. 2001), p. 78-85. : il.
- WASELFITSZ, Júlio Jacobo et alii. **Nos Caminhos da Inclusão Social**: a rede de participação popular de Porto Alegre. Brasília: Unesco, 2004. p. 17-44.